

a recorrente referência a valores como a coragem e a solidariedade interpares é sempre enquadrada como se esses fossem valores específicos destes grupos, constitutivos da sua «contracultura» e favorecendo a integração interna, em vez de ser compreendida como forma de gestão simbólica das práticas delinquentes dentro do quadro cultural envolvente¹. Como último exemplo, a noção de «carreira de rua», tal como o autor a perfilha, parece ser pouco operativa no contexto de Lisboa, não dando conta da diversidade e flexibilidade de situações encontradas na investigação; valeria a pena produzir um conceito de carreira mais útil aqui, se não abandonar por completo tal noção.

Ficamos, em suma, perante um texto de referência para futuras investigações, ou mesmo para a definição de políticas de intervenção nesta área em Portugal: pela investigação teórica e bibliográfica produzida e por algumas pistas de análise valiosas que o autor nos deixa, mas acima de tudo pelo riquíssimo e fascinante material empírico que nos oferece. Resta lamentar, sendo este um estudo exploratório de uma realidade, que aquele material não tenha maior peso na economia do texto, surgindo apenas na parte final. Sobreretudo, ao

longo das várias leituras interpretativas, é pena que não seja suficiente o esforço de confronto entre a informação recolhida e os argumentos desenvolvidos, não parecendo ser sempre explorado o potencial questionador em relação a outros contextos e em relação a algumas das formulações teóricas e interpretativas utilizadas.

INÊS MENESES

Moura, D., Ferreira, F., Nunes Correia, F., Ribeiro Telles, G., e Soromenho-Marques, V. (moderação e dir. col. José Rebelo), **Ecologia e Ideologia**, Lisboa, ed. Livros e Leituras, 1999.

Este livro resulta de um debate a quatro vozes entre Gonçalo Ribeiro Telles (arquitecto paisagista), Francisco Nunes Correia (engenheiro civil), Viriato Soromenho-Marques (filósofo) e Francisco Ferreira (engenheiro do ambiente), aos quais se junta, em posfácio, um texto escrito de Domingos Moura (engenheiro civil). O moderador, José Rebelo, desempenha um papel crucial, na medida em que consegue assumir, ao mesmo tempo, muita discrição e grande sentido de oportunidade no relançamento das questões, mantendo um debate com ritmo e densidade.

Destaque-se, em primeiro lugar, o interesse histórico do livro — pois o seu ponto de partida é o caminho biográfico que cada autor percorreu

¹ Para uma leitura crítica, como a que aqui proponho, de um fenómeno em muito paralelo ao caso presente, cf. Miguel Chaves (1999), *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico*, Imprensa de Ciências Sociais, col. «Estudos e investigações», n.º 13.

para chegar à ecologia. Quatro vozes, quatro profissões, quatro sensibilidades, quatro caminhos e, de facto, quatro gerações diferentes, mas unidas por um interesse comum: o ambiente.

Numa espécie de exercício autobiográfico, os autores vão situando a génese do seu interesse pelo ambiente. Ribeiro Telles, com a biografia mais extensa, representa um conjunto de gerações marcadas por um país que se manteve fortemente rural e drasticamente fechado sobre si próprio perante uma Europa e um mundo ocidental onde a história já se acelerara há muito tempo. É no cruzamento de várias circunstâncias históricas e culturais que se prendem justamente com essa vivência ruralista que o autor enquadra a sua sensibilização ambiental que ele busca também nas suas próprias raízes: a veterinária do pai, o gosto pelas iluminuras medievais de um avô, a lavoura de outro avô, e campo, muito campo — como ele diz, um «campo percorrido a pé. De botas.» Depois, a frequência do Instituto Superior de Agronomia, uma escola que albergava cientistas portugueses que tinham uma visão integrada das comunidades sociais na sua interacção com as questões ambientais. Como eram os estudos rurais de Henrique de Barros e E. Castro Caldas, a Arquitectura Paisagista de Caldeira Cabral. Mas também a importante articulação entre os estudos silvícolas e a protecção da natureza — com Francisco Flores, um silvicultor, a fazer uma tese sobre «Protecção da

natureza» em 1939. Isto a par de outras importantes escolas da época, como a etnologia de Jorge Dias e E. Veiga de Oliveira ou a geografia humana de Orlando Ribeiro. Há uma memória a revisitar nesses autores, cujas obras humanistas têm ainda muito para ensinar sobre questões ambientais em Portugal. De Ribeiro Telles, sublinhe-se ainda a sua veia política: foi presidente da JAC (Juventude Agrária Católica), fez parte da oposição católica ao regime corporativo e viu-se projectado publicamente aquando das grandes cheias de Lisboa em 1967, onde, num episódio que escapou à censura, veio criticar na televisão o modelo de desordenamento suburbano que o país estava a criar. Candidato às eleições de 1969 pela CEUD, foi o primeiro subsecretário de Estado do Ambiente depois do 25 de Abril, foi ministro de Estado de Pinto Balsemão em 1979 e pertenceu a oito governos diferentes, onde lançou legislação estruturante sobre ordenamento do território e conservação da natureza.

Segue-se Francisco Nunes Correia, que chega ao ambiente pela sua formação técnica — na área da hidrologia e recursos hídricos — articulada a um sentido cívico, que o faz passar da simples visão mecânica dos fluidos à água enquanto «fluido» de grande importância e utilidade social. É também assim que ele assume a sua profissão de engenheiro civil como uma vocação essencialmente cívica — «exposta à sociedade civil» e ao seu serviço. Nunes Correia per-

tence à geração dos *sixties* — talvez a última geração que neste século acreditou poder mudar o sistema de valores e o rumo da sociedade capitalista, beneficiando ao mesmo tempo das vantagens e direitos que essa sociedade lhe trouxera. Uma geração que nasceu no pós-guerra, uma época que Hobsbawm designa como «era do ouro», onde a ciência e a técnica pareciam ter soluções para tudo — incluindo a fome e as injustiças sociais — e em que a economia mundial crescia exponencialmente. Uma geração que via o mundo a caminhar e Portugal a ficar para trás e, por isso, também vê, muitas vezes, na desagregação do modelo ruralista, um indicador de progresso. Embora já apanhe com as primeiras formulações da consciência da crise ambiental, é, de qualquer modo, uma das últimas gerações que cresce sem medo no sentido da presença obsessiva do risco global e da catástrofe ambiental — uma presença que depois já se vislumbra no discurso dos outros dois autores. Sendo certo que foi também com muitos elementos deste grupo etário que se criaram em Portugal os embriões científicos, técnicos e institucionais que ainda hoje estruturam e dão textura a muitas das políticas e questões ambientais. E que se ganharam lutas, como a da central nuclear em Ferrel. Nunes Correia, professor no Instituto Superior Técnico, que teve uma carreira mais técnica do que política, colaborou com Carlos Pimenta durante o seu curto mandato, foi director-geral dos Recursos Naturais entre

1986-89 e autor do Plano Nacional de Política de Ambiente aprovado no final do último executivo de Cavaco Silva em 1994-95.

Segue-se, cronologicamente, Viriato Soromenho-Marques, que chega ao ambiente pelo interesse em questões políticas tão vastas quanto a guerra fria e depois a crise ambiental. O que só poderia ter acontecido de uma forma madura e aberta a seguir ao 25 de Abril — pois antes disso a guerra fria noticiava-se, mas pouco ou nada se analisava criticamente, como se Portugal vivesse alheado dela. Soromenho-Marques faz parte de uma geração que beneficiou das vantagens de abertura que a revolução de Abril proporcionou e, consequentemente, de um certo acerto de passo que o país foi levado a fazer com os outros países ocidentais, pelo menos em termos políticos, cívicos e comunicacionais. Uma geração cujo ciclo de vida biológico da «utopia» coincidiu com a utopia na política instituída — a utopia estava ao mesmo tempo na rua e nos seus 17 anos... Talvez por isso, sinta e entenda tão bem a dinâmica e necessidade dos novos movimentos sociais — pondo sempre uma tónica política nas questões ambientais. Por outro lado, S.-Marques, filósofo, professor na Faculdade de Letras, ex-dirigente da Quercus, faz parte de uma das primeiras gerações-charneira do medo global em que o risco — fosse do reaquecimento da guerra fria no início de 1980, fosse da crise ambiental — começou a estar presente. Embora em Portugal, primeiro, a euforia revo-

lucionária e, depois, a euforia consumista acabassem por contribuir para atrasar essa consciência.

Finalmente, Francisco Ferreira pertence às primeiras gerações que pré-inauguram a educação ambiental nas escolas e beneficiam das novas licenciaturas, como a Engenharia do Ambiente, que ele, aliás, obteve e ensina. Este actual dirigente da Quercus cresceu, pois, numa sociedade que já começava a integrar, ainda que timidamente, algumas componentes ambientais, tais como as referidas medidas de educação ambiental, que Correia da Cunha, João Evangelista e Almeida Fernandes vão conseguindo lentamente fazer penetrar no ensino oficial, e as políticas lançadas no pós-25 de Abril por Ribeiro Telles — nomeadamente a criação das áreas protegidas, como a Reserva Natural do Estuário do Sado, que F. Ferreira considera ter constituído um estímulo essencial ao seu percurso.

O destaque que merecem estas biografias nesta recensão deve-se ao seu valor de exemplo destas quatro gerações, o que constitui por si só um contributo importante para compreender o percurso peculiar da história do ambientalismo em Portugal. Ajuda ainda a entender, na sequência vertiginosa das mudanças, muito do que se passa actualmente: desde os conflitos ambientais até aos interesses económicos e políticos que bloqueiam medidas políticas.

O livro trata depois de uma «nova-velha» questão que tem tido mais eco nos países ocidentais industrializados, onde existem os apologistas

da chamada *deep ecology*, defendida por grupos fundamentalistas: a da dicotomia antropocentrismo/ecocentrismo. Uma pseudopolémica que Luc Ferry, no seu livro *A Nova Ordem Ecológica* (1993), apresenta de forma extremada e, portanto, desadequada a países cuja cultura humanista e memória rural estão ainda tão presentes. Aliás, os autores debatem e arrumam rapidamente a questão, tomando-a como um radicalismo deslocado e impraticável numa sociedade como a portuguesa. É a fase mais consensual do livro. Todos estão contra radicalismos ecologistas, contra a ideia de «natureza como sujeito de direito», concluindo que, na crise ambiental, o que está em jogo «não é a vida como tal» — essa continuará sempre antes e para além do homem —, mas sim a «sobrevivência de uma civilização humana tecno-científica, complexa e sofisticada», ou seja, o fruto da nossa evolução enquanto espécie, citando S. Marques (p. 115).

Entra-se depois no cerne do debate: a busca de uma ideologia sob a égide da ecologia. Desde logo, e perante formações académicas tão distintas, não foi fácil sintonizar linguagem e conceitos, acabando por se acertar os termos numa visão pragmática da ideologia. Assumir a crise das ideologias — enquanto sistemas unos de interpretação do mundo — não dispensa, segundo os autores, a procura de uma «ideologia» como «discurso de orientação quotidiano e global», como uma estratégia, ou o que Nunes Correia designa por «di-

menção instrumental da ideologia» — uma ideologia que sirva para «dar coerência e sentido a uma acção e interpretar [criticamente] aquilo que não sabemos» — acrescenta S. Marques —, com características, e voltamos a Nunes Correia, recolectoras: «Apanha aqui, apanha ali. Vai buscar um pouco à ciência, ao discurso estético [...], às afectividades, aos valores», e assim — a partir de elementos fragmentários — se compõem conjuntos ideológicos para dar sentido à nossa acção social... (pp. 48-51).

Ora isso aponta para aquilo que alguns sociólogos que estudam os valores na sociedade contemporânea, como J. Ferreira de Almeida, designam como sistema de «artesanato das ideias» — segundo o qual a crise dos modelos explicativos únicos, claramente insatisfatórios na actualidade, leva a uma espécie de composição ideológica em autogestão, ou «por medida», no qual se combinam conteúdos cognitivos difíceis de catalogar e outrora incompatíveis. Tal como já não há o natural a 100%, como nota F. Ferreira, e tal como já não há ciência segura a 100%, como nota S. Marques, também já não há ideologias rigorosas a 100% — concluem os autores.

Mas qual o papel da ecologia neste novo modelo? Para uns, a partilha do interesse comum pelo ambiente não implica necessariamente a construção de uma nova ideologia em torno desse objecto — bastando ao ambiente funcionar pragmaticamente enquanto «eixo de coordenação de políticas públicas» (p. 80), tal como já

se passa no âmbito da UE. Para outros, apesar de não ser necessário que a ecologia funcione como modelo ideológico unificador, a questão é tentadora, pois toda a problemática ambiental e os desafios transversais que lança aos cidadãos inserem-se bem nessa espécie de novos modelos ideologicamente «biodiversificados», combinando ingredientes diferentes sem atender às tradicionais divisões. Para F. Ferreira, o ambiente não está nem à direita, nem à esquerda, «está à frente»; R. Telles refere que sempre provocou grandes «desarrumações ideológicas» por não conseguirem catalogá-lo — a esquerda considerando-o «um reaccionário» e a direita «um perigoso revolucionário» (p. 96). Os ambientalistas poderão não se enquadrar facilmente nos parâmetros partidários convencionais. Ou os partidos convencionais, na mira do voto e do financiamento, não saberão como materializar uma política ambiental e, nela, os domínios público e privados. Seja como for, analisar melhor o falhanço da dicotomia esquerda/direita no caso específico do ambiente em Portugal é um debate a continuar e a aprofundar, que o livro iniciou, mas está longe de ter esgotado.

Outra das questões acesas e controversas do livro é, aliás, a da partidarização da questão ecológica. Entre a eventual formação de um partido verde — já que o actual PEV (Partido Ecológico Os Verdes), numa expressão de S. Marques, não passa de «um produto de engenharia genética» (p. 79) — e optar por uma estratégia de infiltração das preocupa-

ções ambientais nos partidos convencionais, levando «a ecologia à sede da política» (p. 76), como defende Nunes Correia, há quem não acredite nem numa coisa nem noutra, até por já ter tentado ambas. Caso de R Telles, com a sua vasta experiência — entre pequenos partidos sem capacidade de sobrevivência por falta de fundos e a colaboração em grandes partidos subjugados às lógicas e estratégias dos financiamentos e compromissos eleitoralistas e, portanto, adversos às políticas ambientais.

A partidarização verde não traz consensos, mas há medidas de fundo para redignificar a acção política, com que quase todos concordam. A saber: alterar as formas de financiamento, no sentido de, à semelhança do caso alemão, dar alguma esperança de vida aos pequenos partidos e tornar mais transparentes os grandes; a necessidade de passagem da memória estratégica dos detentores da pasta do Ambiente — de modo que o responsável que se segue não desperdice tudo o que foi sendo feito pelos responsáveis anteriores; a mudança no sistema eleitoral, instituindo círculos uninominais com ligação aos eleitores, que obrigue os partidos a investirem em «pessoas competentes e credíveis», e não em «carreiristas cinzentões» (cit. Soromenho Marques, p. 90); a credibilização das ONG, assegurando a sua independência através da clarificação dos seus financiamentos, propondo-se, para isso, uma fundação independente e mista, semiprivada, semipública, que faça a gestão e distribuição dos fundos.

Contudo, a noção de ideologia parece não ter servido tanto ao diálogo quanto o facto de, ao longo do livro, todos estarem conscientes de uma modernidade em ruptura — cujas «velhas» instituições não dão resposta aos «novos» problemas — que pode configurar-se como uma espécie de um triângulo com os três vértices em crise.

Num desses vértices está a política e as suas estruturas tradicionais — o Estado, os partidos, as instituições democráticas. Um Estado inoperante, por estar refém dos poderes económicos, determinando estes muitas das decisões políticas que afectam o ambiente e o território; os partidos convencionais sem transparência de financiamentos e sem actores eficientes, o que se detecta no próprio funcionamento do parlamento, também ele em fase crítica.

Noutro vértice está a ciência e as suas crises de incerteza não só porque há teorias igualmente credíveis que são contraditórias — vejam-se as divergências sobre as alterações climáticas/aquecimento global —, como porque a ciência já não tem certezas absolutas. Além do mais, quando as tem, elas são de tal modo complexas que se torna difícil ao senso comum apreendê-las.

No terceiro vértice deste triângulo está a questão dos problemas globais e o respectivo horizonte de catástrofe — cuja escala é tão grande que pode acabar por levar os cidadãos ao imobilismo. Ou seja, a ideia de catástrofe ecológica — o «tremendismo» — atingiu uma proporção tal que quase se equi-

para à única catástrofe que as pessoas concebem para si mesmas: a morte. Ora a dimensão deste medo torna-se de tal modo excessiva que acaba por ser o próprio medo que entra em crise — e, ao entrar em crise, pode produzir resultados nulos: pode desmotivar completamente para a acção, pode paralisar os cidadãos e desmobilizá-los.

Estamos próximos daquilo que Ulrich Beck equaciona como «modernização reflexiva» na sua «sociedade de risco», um risco que se integrou na actual vivência quotidiana, perante um conjunto de instituições tradicionais que já não conseguem controlar incertezas e inseguranças, sujeitando-se assim à crítica e ao descrédito público.

Como antídoto, Beck aponta a importância crescente da «subpolítica», aquela que se desenvolve nas margens extraconvencionais do sistema, criando alianças improváveis em torno de causas pontuais comuns, e sublinha a importância crescente do discurso mediático autorizado — como «espaço político da sociedade de risco mundial» —, sendo o lugar de interacção e estímulo de activismos políticos.

Os autores não equacionam a enorme importância que o papel da opinião pública assume como uma das vertentes essenciais para ajudar a ultrapassar os impasses do conjunto de incertezas que estão na origem da crise dos três vértices referidos. É isso que falta neste livro: apontar o peso crescente da cidadania na reactivação dos espaços públicos e a acção dos quadros mediáticos como factores dinâmicos essenciais para o

sucesso (ou insucesso) das políticas ambientais.

A opinião pública está, afinal, no centro deste triângulo, sendo decisiva na produção das dinâmicas sociais sobre os «três vértices» em crise — porque é pela cultura difundida publicamente e pela pressão dessa opinião que se cria ao mesmo tempo a necessidade de redinamização das instituições (cujo conteúdo, e não a figura, está em crise), a tradução das sofisticadas opções científicas em senso comum acessível aos cidadãos, e a transformação do medo irracional de uma catástrofe em coisas que apontem directamente para a acção política e cívica. Será a dimensão social — da opinião, da cultura e da comunicação — a que terá de dar-se força no futuro.

Em suma, *Ecologia e Ideologia* constitui um debate instrutivo pelas informações históricas que traz relativamente à visita da memória ambiental portuguesa; pelo contorno muito bem conseguido que faz da problemática ambiental contemporânea — mostrando que na história ambiental portuguesa não há gerações caducas. Tem ainda o mérito de estimular à reflexão e à acção, apontando vários caminhos e sublinhando a necessidade de uma «práxis ambiental», pois, à falta de um consenso em torno de uma ecologia política como ideologia, R. Telles propõe que se operacionalize desde já uma «ecologia aplicada» — «através do ordenamento da paisagem, o qual deverá ser considerado tão básico no desenvolvimento económico e social

como a democracia o é no plano político» (p. 122).

Seria interessante, no rescaldo deste livro, pensar as suas réplicas, numa espécie de seriação deste tema, com o mesmo grupo de autores.

LUÍSA SCHMIDT

Cláudia Castelo, O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961), Porto, Edições Afrontamento, 1999, 166 páginas.

Este trabalho de Cláudia Castelo, que resulta da sua tese de mestrado, laureada em 1997 com o Prémio de História Contemporânea para Jovens Investigadores instituído pela Universidade do Minho, é um livro importante, servido por belas qualidades de estilo e de rigor metodológico, que lança uma nova luz sobre a ideologia colonial portuguesa no século XX. O subtítulo situa-nos no coração da problemática privilegiada pela autora e que é a das relações entre o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre e a ideologia colonial salazarista. Afastando-se dos lugares-comuns, animada da vontade de compreender, e não da tentação de julgar, que por vezes espreita o historiador, Cláudia Castelo interroga-se sobre a influência que os trabalhos do escritor e sociólogo

brasileiro exerceram no Portugal do Estado Novo. O objecto não é, pois, avaliar as qualidades científicas dos trabalhos de Gilberto Freire, nem tão-pouco a evidente falta de correspondência entre o discurso colonial oficial, revestido de luso-tropicalismo, e a realidade da política colonial. O propósito é outro, bem mais inovador e, ao fim e ao cabo, esclarecedor. Trata-se, antes de mais, de compreender como e porquê o regime salazarista acabou por se apropriar daquilo que eu, pela minha parte, designaria de bom grado por «vulgata luso-tropicalista», expressão que a autora não utiliza, mas que traduz a ideia de um «luso-tropicalismo reproduzido e recriado em Portugal» (p. 14).

Graças a uma selecção muito rigorosa de textos e de citações extraídos das melhores fontes, a autora dá-nos a ler e a ouvir o teórico do luso-tropicalismo, Gilberto Freyre, bem como os seus epígonos e denegridores. Mas, se Cláudia Castelo sabe, muito judiciosamente, prescindir de protagonismo («num trabalho no âmbito da história da ideologia colonial [...] pensamos que se justifica deixar 'ouvir' directamente os autores») (p. 16), nem por isso a satisfaz justapor textos e produzir *in fine* uma antologia brilhante. Depois de nos explicar a génese e as estruturas da teoria luso-tropicalista a partir do percurso intelectual de Gilberto Freyre e das suas obras fundamentais, da *Casa-Grande e Senzala* a *O Luso e o Trópico*, publicadas, respectivamente, em 1933 e em 1961 (capítulo I), e de passar em revista — tarefa